



Estudos Teológicos foi licenciado com uma Licença Creative Commons –
Atribuição – NãoComercial – SemDerivados 3.0 Não Adaptada

TENSÕES E TESÕES NO MINISTÉRIO PASTORAL: UM DESAFIO À ÉTICA PROFISSIONAL¹

*Tensions and turn-ons in pastoral ministry:
a challenge to professional ethics*

Carlos Eduardo Calvani²

Resumo: Os seminários evangélicos e as faculdades de teologia no Brasil geralmente enfatizam o estudo das Escrituras, das doutrinas próprias da instituição ou métodos de crescimento e evangelização, mas pouco investem no acompanhamento da sexualidade dos seus alunos e alunas. Em geral, assumem o pressuposto do senso comum evangélico de que um/a seminarista já é uma pessoa sexualmente madura e “bem resolvida”. Não se leva em conta que a maioria dos seminaristas inicia sua formação por volta dos vinte e poucos anos ou até mesmo antes disso. Todos os anos as igrejas recebem turmas de adolescentes e jovens considerados “academicamente aptos” para o exercício do ministério pastoral. Porém a aptidão acadêmica nem sempre vem acompanhada de amadurecimento psicológico e emocional. A consequência é que muitas igrejas enfrentam problemas que envolvem assuntos de sexualidade por parte de pastores/as e tentam solucioná-los com atitudes moralistas e disciplinantes ou com “acordos silenciosos” a fim de preservar a credibilidade da instituição. O presente texto chama a atenção para a necessidade de um enfoque mais realista da sexualidade dos futuros quadros ministeriais das igrejas e sugere que as igrejas e os seminários devem se espelhar em códigos de ética profissional já existentes em outras profissões.

Palavras-chave: Teologia pastoral. Ética sexual. Sexualidade. Formação teológica.

Abstract: Evangelical seminaries and theological schools in Brazil often emphasize the study of the Scriptures, the institution’s doctrines or methods to increase growth and evangelize, but little is done in terms of caring about their students’ sexuality. Usually the institutions accept the evangelical presupposition, which assumes that the young student is already a sexually mature person and “well resolute” regarding it. They do not take into account that most seminary students begin their formation at their early twenties or even before that. Every year churches receive groups of young people con-

¹ O artigo foi recebido em 01 de abril de 2016 e aprovado em 23 de setembro de 2016 com base nas avaliações dos pareceristas *ad hoc*.

² Doutor em Ciências da Religião (UMESP, São Bernardo do Campo/SP, Brasil) e professor no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Federal de Sergipe (UFS, Aracaju/SE, Brasil). Contato: cecalvani@hotmail.com

■ sidered “academically qualified” for the exercise of pastoral ministry. However, academic aptitude is not always accompanied by psychological and emotional maturity. The consequence is that many churches face problems concerning their pastors’ sexuality, and try to solve them with moralistic and controlling attitudes or with “silent agreements” in order to preserve the credibility of the institution. This paper reflects on the need for a more realistic focus with regard to the sexuality of future ministerial staff and suggests that churches and seminaries should take advantage of codes of professional ethics that are already available for other professions.

■ **Keywords:** Pastoral theology. Sexual ethics. Sexuality. Theological formation.

Introdução

Nos anos 1980, dois famosos televangelistas norte-americanos fizeram sucesso nas igrejas evangélicas do Brasil: Jim Baker e Jimmy Swaggart. Ambos eram pastores de grandes igrejas e mantinham programas de televisão com pregações e aconselhamento. Suas “cruzadas evangelísticas” atraíam multidões aos estádios e estimularam alguns brasileiros a adotarem estratégias espelhadas nesse sucesso. Porém, quando estavam no auge de suas carreiras, ambos se envolveram em casos extraconjugais. Por estarem frequentemente na mídia e serem conhecidos internacionalmente, as entranhas de suas vidas conjugais foram dissecadas e expostas publicamente. Hoje, pouco se ouve falar deles.

A lembrança desses dois casos é feita sem qualquer juízo de valor. Afinal, sempre é muito fácil julgar e condenar apressadamente as pessoas. Os dois televangelistas foram citados porque as notícias sobre o relacionamento que mantinham com prostitutas foram amplamente divulgadas, levando-os a pedir perdão publicamente, e um deles até o fez durante uma transmissão ao vivo. Há, porém, muitas outras situações semelhantes envolvendo pastores das mais diversas igrejas em várias cidades do Brasil. Às vezes essas situações ganham a mídia, prejudicando consideravelmente a credibilidade das igrejas envolvidas.

Essa constatação é feita para nos introduzir ao debate de um assunto que tem sido ignorado na maioria dos seminários e faculdades de teologia, ou mesmo nos órgãos que administram as instituições eclesiais (presbitérios, convenções, sínodos, concílio, conselhos diocesanos etc.). Por mais que o conhecimento de casos dessa natureza seja amplo, o tratamento dado ao tema responde a uma espécie de “acordo silencioso” – colocar panos quentes na situação, transferir ou disciplinar os envolvidos ou pressioná-los para que renunciem ao ministério. Longe de serem soluções pastorais, tais atitudes mascaram a realidade a fim de preservar as instituições. Em muitos casos o moralismo fala mais alto e os pastores são rotulados como “adúlteros” e despojados do ministério; em outras situações, se o envolvido tiver um bom relacionamento dentro da instituição, conseguirá ser transferido da comunidade local (preferencialmente para outra cidade). A instituição se preserva, mas pouca atenção se dá ao acompanhamento psicológico e espiritual dos envolvidos (o pastor transferido ou disciplinado, sua família e as demais pessoas envolvidas).

Pastores/as e seminaristas são assexuados/as – o pressuposto do “senso comum”

Nos últimos anos, a maioria das igrejas evangélicas e protestantes tradicionais do Brasil buscou reconhecimento de seus cursos de teologia junto ao Ministério de Educação e Cultura – MEC. Contudo, há ainda uma grave deficiência nos processos de formação dos quadros ministeriais de muitas igrejas. Seminários e faculdades de teologia geralmente enfatizam o estudo das Escrituras, das doutrinas próprias da instituição ou métodos de crescimento e evangelização, mas pouco investem no acompanhamento da sexualidade dos seus alunos e alunas. Em geral, assumem o pressuposto do senso comum evangélico de que um/a seminarista já é uma pessoa madura e “bem resolvida sexualmente”. Não se leva em conta que a maioria dos seminaristas inicia sua formação por volta dos vinte e poucos anos ou até mesmo antes disso. Boa parte ainda é solteira ou recém-casada, vivendo a fase de adaptação à vida conjugal e enfrentando os conhecidos problemas financeiros que acometem todos/as os/as seminaristas.

Além disso, poucos seminários consideram o fato de que, em nossos dias, vive-se o fenômeno da “adolescência tardia”. Até alguns anos atrás, a maturidade chegava cedo, porque a pessoa entrava ainda jovem no mercado de trabalho e assumia responsabilidades financeiras em casa. Atualmente, boa parte da juventude que chega aos vinte anos nunca trabalhou na vida e ainda vive com os pais. Alguns estudiosos observam que estamos vivendo uma época em que a adolescência se estende até perto dos trinta anos, quando a pessoa termina a faculdade e não mais quando termina o ensino médio, como há algumas décadas. Assim, o que vemos, na prática, é que todos os anos os seminários e as faculdades entregam turmas de adolescentes e jovens considerados “academicamente aptos” para o exercício do ministério pastoral. Porém a aptidão acadêmica nem sempre é necessariamente acompanhada pela aptidão emocional ou a maturidade para lidar com comunidades nas quais encontrarão casais idosos e de meia idade, com filhos e filhas tão jovens quanto seus pastores ou pastoras.

De fato, não é fácil falar sobre sexualidade no contexto de igrejas. Mais difícil ainda quando a sexualidade sobre a qual se fala é a dos responsáveis pela liderança espiritual de uma comunidade. A ética sexual não é muito discutida na literatura para clérigos ou em cursos de teologia, o que reforça a permanência de pressupostos e “acordos silenciosos” a respeito do comportamento de um pastor ou pastora. As igrejas evangélicas e protestantes, na sua maioria, partilham de um modelo ideal de família tradicional: o pastor ou pastora deve ser, preferencialmente, casado/a e com filhos. Muitos, porém, não se enquadram nesse padrão ou, em virtude de certas pressões, acabam contraindo matrimônio prematuramente, com graves prejuízos posteriores.

A moral sexual católica que exige o celibato dos padres, combinada às influências pietistas e puritanas do protestantismo alimentam a falsa imagem do pastor ou pastora como pessoas “semiassexuadas”. Porém eles e elas são seres sexuados e, quanto mais jovens, mais necessidade e curiosidade terão nessa área. Alguém já se perguntou como pastoras, pastores e padres vivem sua sexualidade? Como o jovem pastor solteiro satisfaz essa necessidade? Ele a sublima através do trabalho e da ora-

ção, ou se masturba? Ou terá ele ou ela uma vida sexualmente ativa, desde que distante dos olhares de seus paroquianos? E quanto ao pastor ou pastora casado/a, mas que vive um relacionamento doentio e é frustrado/a sexualmente? Todos sabemos que um casamento convencional não é garantia contra relacionamentos extraconjugais. Realmente é preciso repensar a urgência do tratamento desse assunto nos seminários e nas faculdades, e também nas próprias paróquias e igrejas locais.

Retrato dos bastidores nas pesquisas recentes em outros contextos

Um estudo em torno desse tema foi desenvolvido nos Estados Unidos, coordenado pela Dr^a Karen Lebacqz, professora de Ética Cristã em Berkeley, California (*Pacific School of Religion*) juntamente com Ronald Barton, pastor da Igreja Unida de Cristo em San Francisco, CA. Ambos supervisionaram um Grupo de Pesquisas que envolveu psicólogos, psicanalistas, profissionais da área de saúde e do campo da ética profissional (*Professional Ethics Group of the Center for Ethics and Social Policy at the Graduate Theological Union*), que elaboraram um longo questionário enviado a pastores e pastoras de várias denominações do país. O grupo também aproveitou encontros e retiros de pastores e pastoras para solicitar o preenchimento do questionário que pretendia recolher o maior número possível de respostas. Os pastores e pastoras responderam sem se identificar e com a garantia do sigilo profissional. O objetivo era atingir o maior número possível de respostas de diferentes denominações (batistas, metodistas, presbiterianas, pentecostais diversas, episcopais-anglicanas, luteranas e igrejas “étnicas” que preservam o idioma de seus países de origem durante o culto). Após recolherem mais de 600 respostas, o grupo dedicou-se a um sério e criterioso trabalho de interpretação e publicou os resultados em um livro intitulado “*Sex in the Parish*”³. O livro até hoje não foi publicado em português, mas, embora produzido em outra cultura, oferece pistas para percebermos semelhanças com a realidade eclesial protestante e evangélica do Brasil.

Dois outros trabalhos desenvolvidos na mesma época trazem contribuições adicionais ao assunto. Peter Rutter abordou especificamente o poder pastoral e a confiança que esse serviço inspira, especialmente em pessoas em situação de fragilidade.⁴ Outra estudiosa, Marie Fortune, abordou a questão da pedofilia.⁵ A seguir, comento alguns destaques dessas pesquisas:

Atração sexual

Um dos temas abordados foi o da atração sexual. Perguntou-se, por exemplo, se o pastor ou a pastora já se sentiu sexualmente atraído por alguma pessoa da comu-

³ LEBACQZ, Karen; BARTON, Ronald. *Sex in the Parish*. Louisville, Westminster: John Knox Press, 1991.

⁴ RUTTER, Peter. *Sex in the Forbidden Zone*. Los Angeles: Jeremy Tacher, 1989.

⁵ FORTUNE, Marie. *Sexual Violence: The Unmentionable Sin*. New York: Pilgrim Press, 1983.

nidade e como reagiu a essa situação. A maioria confessou já ter sentido atração por alguém durante seu ministério. Desses, pelo menos 10% admitiram já ter se envolvido sexualmente com algum/a paroquiano/a. Lebacqz e Barton observam, porém, que talvez esse índice seja maior porque muitos/as têm vergonha de confessar isso, mesmo em um questionário anônimo. Dos 10% que confessaram um “affair”, todos manifestaram posteriormente forte sentimento de culpa e alguns declararam que não se sentiam seguros em buscar auxílio de nenhum colega da igreja que pudesse ajudá-los naquele momento.

Peter Rutter, por sua vez, observa que quando duas pessoas trabalham muito próximas em um contexto de familiaridade e confiança, é natural que se desenvolva uma atração mútua, que se inicia pela simpatia e pode evoluir para um envolvimento sexual. É comum acontecer isso em escritórios, lojas de departamento ou com parceiros de viagens. Segundo ele, são muitos os casos, nos Estados Unidos, de pastores e pastoras que já se sentiram sexualmente atraídos/as ou “momentaneamente apaixonados/as” por um/a colega, secretário/a ou auxiliar. Evitando moralizações apressadas, Rutter considera essa situação um sintoma de carência emocional e alerta para o fato de que muitos/as pastores/as sofrem terrivelmente com essa situação. Essa opinião é compartilhada por Robert Carlson⁶ ao afirmar que, dentre os profissionais de ajuda, os pastores e as pastoras são especialmente vulneráveis a um envolvimento sexual com seus paroquianos, assistentes ou com pessoas que buscam aconselhamento pastoral.

O questionário de Lebacqz e Barton perguntava como o pastor ou a pastora reagia frente a um sentimento de atração sexual por um/a colega ou paroquiano/a, ou como se prevenia de eventuais situações de risco. Um pastor respondeu que não fazia visitas domiciliares desacompanhado nem conversava intimamente com outra mulher se sua esposa (ou o marido da outra) não estivesse próxima ou no mesmo ambiente. Outro pastor respondeu dizendo: “eu meço o que digo com os olhos e ouvidos de minha esposa... se eu não gostasse que ela ouvisse o que estou dizendo ou visse o que estou fazendo, eu paro”. Outros disseram que, sentindo-se atraídos sexualmente por alguém, simplesmente esperavam que o próprio tempo “curasse” o problema, diminuindo a atração.

Lebacqz e Barton observam que a atração física é um fenômeno comum à nossa condição de seres humanos, e que há fatores hormonais envolvidos – ou seja, uma certa “química”. Na maioria das vezes, essa atração fica apenas no nível da simpatia. Contudo, ambos lembram que o pastor e a pastora devem ter sensibilidade suficiente para compreender quais níveis de atração são aceitáveis e quando certos limites são ultrapassados. Um dos pastores entrevistados afirmou que limita os contatos físicos (abraços ou beijos no rosto) apenas a ambientes públicos, “nunca privadamente”. Outro afirmou que qualquer abraço que não possa ser dado em público é inapropriado também em contatos isolados no gabinete.

O questionário perguntava também se os pastores ou as pastoras já receberam “cantadas” ou insinuações explicitamente sexuais por parte de membros da comu-

⁶ CARLSON, Robert. *Battling Sexual Indiscretion*. Los Angeles: Jeremy Tarcher, 1989. p. 11.

nidade (mulheres ou homens) e como reagiram a isso. Aqui vemos o outro lado da moeda. Não apenas pastores e pastoras se sentem atraídos sexualmente por alguém da igreja. Muitas vezes, a atração se inicia da outra parte – uma mulher que se apaixona pelo pastor ou um respeitável senhor da comunidade que começa a flertar com a pastora. Alguns responderam laconicamente, afirmando confiar na “intuição”, no “instinto”, e tentarem “despistar sem ofender”; outros disseram que identificam essa situação quando se sentem desconfortáveis com olhares fixos, toques físicos ou quando se sentem invadidos/as. No comentário interpretativo, Lebacqz observa que as pastoras são mais sensíveis à percepção de que uma aproximação deixou de ser meramente pastoral e passou a ter conotações de “cantada” ou “flerte”. Os pastores parecem não notar inicialmente isso e afirmaram que, quando perceberam que havia outros interesses, já tinham permitido muita intimidade e não sabiam como agir.

Alguns exemplos de respostas: “Quando eu começo a pensar sobre uma determinada paroquiana como uma potencial parceira sexual e não apenas como uma boa amiga, então é sinal de que certas fronteiras já foram cruzadas e é preciso tomar cuidado”. Outro disse: “Percebo que estou diferente quando me sinto inclinado a fazer comentários maliciosos”. Muitos concordam que têm ou já tiveram fantasias sexuais com paroquianas, mas mantiveram isso no nível de fantasias, sem tentar realizá-las. A maioria considerou tais sentimentos errados; outros consideraram apenas como “fantasias humanas” passageiras.

Alguns disseram que no aconselhamento pastoral (em visitas ou no gabinete) é possível perceber quando o diálogo sobre um tema que envolva a sexualidade do/a consultante passa a se desviar da dúvida pastoral para detalhes íntimos que indicam desejos ou autopropaganda. Um dos entrevistados declarou que, em certas situações, observou que o foco do aconselhamento se desviava: dos problemas da consultante para o “o que está acontecendo entre nós”.

Alguns ainda disseram ser possível identificar sinais de assédio ou atração quando a mesma pessoa telefona várias vezes ao dia ou durante a semana ou quando vai ao gabinete com mais frequência do que normalmente o faria. Uma pastora disse: “Percebo se a pessoa está criando oportunidades para passar mais tempo sozinha em minha companhia”. E outro disse perceber quando uma paroquiana requer muito de seu tempo e de sua atenção. Um pastor observou que “membros que estão carentes geralmente se sentem atraídos pelo pastor, principalmente se esse lhes der atenção a todo momento”. Outros e outras disseram ser possível perceber certos sinais: quando um abraço é mais demorado que o normal ou quando um toque nas mãos, um resvalo nas pernas ou uma troca mais longa de olhares torna-se muito frequente e não meramente casual.

Peter Rutter observa que a excessiva intimidade entre um mentor espiritual (pastor/a, padre, líder religioso, conselheiro/a) e a pessoa que o procura sempre deve ser evitada porque ela acontece em uma “zona proibida”. Seu argumento é construído a partir de critérios próprios de ética profissional, baseando-se na centralidade da confiança do relacionamento profissional: “A zona proibida é uma condição de relacio-

namento em que o comportamento sexual é proibido porque alguém viola a confiança do outro, aproveitando de sua vulnerabilidade”⁷.

A conclusão inicial do grupo liderado por Lebacqz e Barton foi a de que igrejas são lugares especialmente propícios a situações dessa natureza. Diferentemente da consulta a um médico, que geralmente é esporádica (uma ou duas vezes ao ano), a igreja estimula a vida comunitária através de cultos, confraternizações, almoços e jantares, reuniões de estudo ou momentos de lazer, o que aproxima muito as pessoas. Além disso, muitos frequentadores têm sérios problemas com sua estima, são excessivamente carentes e tendem a idealizar a figura pastoral (do homem, principalmente), como a do “pai”, do “tio” ou do “irmão mais velho”. Por fazerem parte do grupo de profissionais de ajuda, os pastores e as pastoras são especialmente propensos a atrair pessoas carentes e predispostas a desenvolver algum tipo de relação de dependência.

O relatório também aponta os dois principais fatores que predisõem ou facilitam um envolvimento de intimidade sexual entre pastores/as casados/as e paroquianos/as: o primeiro é a infelicidade no próprio relacionamento conjugal. Se o pastor ou a pastora vivem um casamento infeliz (não importam os motivos), a predisposição para envolver-se com outra pessoa será muito grande; o segundo fator diz respeito a experiências extraconjugais anteriores que não foram tratadas e que não permitem que a pessoa confie no próprio cônjuge ou em si mesma. Um dos pastores que respondeu ao questionário disse que mesmo após um “affair”, permaneceu no ministério (embora transferido de cidade), mas que ele mesmo não se sentia seguro de que, no futuro, não voltaria a ter outro envolvimento extraconjugal. Se o pastor ou a pastora é jovem e solteiro/a, sua carência e imaturidade serão, em princípio, maiores, concluíram os pesquisadores.

Ao final, Lebacqz e Barton chamam a atenção para um problema estrutural e institucional: “as igrejas necessitam de uma estrutura mais adequada para lidar com a questão do envolvimento sexual entre um/a pastor/a e um membro. A tendência de abafar tais casos em nada ajuda as pessoas envolvidas e é antievangélica porque se preocupa, em último caso, apenas em preservar a honra da instituição”⁸.

Assédios, consentimentos e a questão da pedofilia

Marie Fortune abordou a questão da pedofilia e outras formas de abusos em comunidades religiosas a partir de aportes de códigos de ética profissional de diferentes áreas e levantou sérias críticas ao argumento de que uma criança, adolescente ou mesmo uma pessoa adulta e fragilizada tenha “consentido” no relacionamento sexual com alguém que desempenha um papel de cuidador ou conselheiro. Para ela, tal argumento não é válido, uma vez que crianças não têm suficiente maturidade. O mesmo acontece com pessoas que buscam aconselhamento ou tratamento por estarem fragilizadas e abaladas emocionalmente. Ela propõe que, para que um consentimento seja genuíno,

⁷ RUTTER, 1989, p. 27.

⁸ LEBACQZ; BARTON, 1991, p. 91.

o relacionamento deve ser capaz de responder afirmativamente a duas questões: a) o poder é compartilhado em igualdade de condições entre as pessoas envolvidas (o profissional e a cliente)? b) ambas as partes escolheram interagir livremente e com pleno conhecimento das possíveis consequências físicas, comunitárias e psicológicas? Se o poder entre ambos não é igual e se uma das partes não agiu livremente ou sem pleno conhecimento das consequências, o argumento do “consentimento” não é válido do ponto de vista da ética profissional.

A partir daí, Fortune busca exemplos na literatura da ética medicinal. Nessa área, qualquer consentimento, para ser válido, baseia-se em uma série de fatores e pressupõe quatro componentes, todos aplicáveis à questão do relacionamento sexual entre um/a pastor/a e seus membros:

(1) As pessoas envolvidas devem estar suficientemente bem informadas sobre o que está acontecendo. No contexto médico, isso se refere, primariamente, aos riscos de qualquer procedimento medicinal ou intervenção cirúrgica, porque está se lidando com o corpo de outra pessoa. No contexto do relacionamento entre um/a pastor/a e um/a paroquiano/a, significa deixar a pessoa muito bem informada da intimidade que se está estabelecendo e dos riscos e consequências de um possível envolvimento, mesmo de um simples beijo. Se não há isso, o comportamento do profissional foi inadequado ou inapropriado. Segundo ela, várias mulheres já reclamaram terem sido “enganadas” por conselheiros que lhes prometeram envolvimento sério, casamento ou juraram que ela era a mulher mais bela, charmosa, sensacional e inteligente que já conheceram. Fortune observa ser impróprio acusar essas mulheres de “falta de vergonha”, porque o que elas buscaram inicialmente foi ajuda por já se sentirem fragilizadas, e que um bom profissional deveria conhecer tal situação e os limites de um envolvimento. Nesse caso, mesmo que a mulher “consinta” em um envolvimento sexual, ela não estaria em condições emocionais para compreender as implicações desse ato.

(b) A segunda condição que determinaria um “consentimento válido” é que a pessoa mais fraca e/ou vulnerável deve compreender claramente as informações que lhe foram passadas. Ou seja, não é suficiente falar dos riscos; a outra pessoa deve *compreender* o que significam tais riscos, para que possa tomar decisões baseadas nessas informações. Na área médica, falar sobre os riscos utilizando uma linguagem técnica que o paciente não compreenda não constitui um fundamento adequado para o consentimento; o paciente deve *compreender claramente, em sua própria linguagem*, os riscos envolvidos. Crianças ou pessoas que têm capacidade mental diminuta não têm condições de processar, compreender e utilizar essas informações e são, por definição, incapazes de dar um consentimento válido.

Isso levanta sérias questões sobre a validade de qualquer relacionamento teoricamente “consentido” por pessoas em situação de forte estresse, carência ou crise. A partir daí, Fortune considera falta de ética profissional quando pastores ou conselheiros se envolvem com mulheres que estão em crise conjugal, que terminaram recentemente um relacionamento, que estão deprimidas e carentes ou com sérios problemas financeiros. Segundo ela, essas pessoas não estão em condições de consentir ou decidir por um envolvimento com o pastor/conselheiro porque não conseguirão argumentar à altura (pressupondo que o pastor tenha um maior domínio da literatura

bíblica e teológica, além da experiência). Nesse caso, tal envolvimento também seria condenável do ponto de vista da ética profissional.

(c) Na área médica, o terceiro requerimento para que um consentimento seja válido é que a pessoa deve ser legalmente competente. Crianças, por definição, não são legalmente competentes para dar consentimento a procedimentos médicos, como também as pessoas com dificuldades mentais. Na área médica, tal consentimento deve ser dado por pais ou responsáveis ou, se esses também não forem capazes, por uma junta médica. Do mesmo modo, todo relacionamento sexual entre um pastor e uma criança é, por definição, antiético, uma vez que a criança não tem capacidade legal nem maturidade para consentir nessa relação. Crianças podem ser facilmente coagidas, manipuladas e enganadas e isso é particularmente grave quando o enganador e abusador é alguém de sua confiança (pais, tios, primos mais velhos, médicos ou pastor).

(d) O quarto requerimento para considerar um consentimento válido é que a pessoa deve sentir-se verdadeiramente livre para dar esse consentimento. Liberdade é um conceito problemático, pois todos somos, em certa medida, social e culturalmente condicionados. Mas a literatura médica apresenta algumas dicas que favorecem a verificação se aquele consentimento foi dado em “liberdade”. Um deles é o princípio da coerção. Coerção envolve violência física ou qualquer forma de pressão psicológica. Fortune cita uma pastora que denunciou seu colega pastor ao presbitério, dizendo que ele trancou a porta do gabinete e a abraçou abruptamente, passando as mãos por baixo de seu vestido, tocando suas pernas e, mesmo sem o consentimento dela, tentou subir os dedos até sua vagina.⁹ Claramente, sob tais circunstâncias, não houve consentimento, e a abordagem foi antiética.

Mas a coerção física direta não é o único fator que possa determinar liberdade de consentimento. Fortune cita um pastor que fez declarações de amor e promessas de casamento a uma jovem frequentadora de sua igreja que estava deprimida por ter recentemente terminado um noivado. Em tal situação, segundo ela, o argumento do “consentimento” jamais seria aceito na área médica, pois a jovem foi coagida emocionalmente.

A partir daí, Fortune propõe que alguns relacionamentos “pela natureza das funções das duas pessoas envolvidas” simplesmente não apresentam as qualificações necessárias para que seja desenvolvido em igualdade de condições. Relacionamentos que começam no ambiente profissional ou de aconselhamento tendem a evoluir para o desapontamento e decepção. Ela também lembra que pastores, enquanto profissionais, têm poder sobre seus membros, na dimensão numinosa e institucional e que os leigos não dispõem desse poder em igualdade de condições.

⁹ FORTUNE, Marie. *Is Nothing Sacred? When Sex Invades the Pastoral Relationship*. San Francisco: Harper & Row, 1989. p. 30.

Pastores e pastoras “no armário”

Outra questão geradora de tensões diz respeito à orientação sexual de pastores e pastoras ou seminaristas. Se partirmos da compreensão sociológica de que a igreja (comunidade local ou regional) é um subgrupo da sociedade, reconheceremos que a homossexualidade nas igrejas tem índices semelhantes aos da sociedade *extra ecclesia*. A diferença é que as igrejas, em geral, condenam com maior veemência as pessoas homossexuais, e essas buscam de várias formas sublimar seus desejos ou canalizá-los para formas socialmente aceitáveis.

Vários professores de seminários e faculdades de teologia no Brasil, de diferentes igrejas evangélicas e católica, talvez não o digam publicamente, mas informalmente reconhecem ser comum, nos seminários, a presença de estudantes homossexuais. Muitos/as estudantes gays e lésbicas se esforçam por desenvolver relacionamentos heterossexuais e, desse modo, corresponder aos padrões esperados, mas nem sempre são bem-sucedidos/as. Alguns abandonam o curso durante os estudos. Uma parte, porém, conclui o curso de teologia com boas notas e é ordenado/a ao ministério em suas igrejas.

Sempre houve ordenações de pastores e padres homossexuais na história da igreja. Alguns eram celibatários; outros eram infelizes em sua vida conjugal. Se esses pastores viviam ativamente sua homossexualidade longe dos vigilantes olhares da igreja, isso não vem ao caso; ultimamente, em algumas igrejas, alguns assumem sua homossexualidade. Esse assunto tem sido amplamente debatido em algumas igrejas dos EUA. No Brasil, até o momento, somente a Igreja Episcopal Anglicana, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana e a Igreja Presbiteriana Independente ousaram trazer oficialmente a público esse debate. Outras talvez discutam internamente com muita discrição. Não tenho dúvidas, porém, que nas próximas décadas, o assunto atingirá também outras denominações.

Nas igrejas, a maioria dos pastores gays e das pastoras lésbicas está “no armário”, ou seja, não podem assumir publicamente sua condição. Alguns só se abrem com poucos colegas de confiança que compreendem a situação, os respeitam e guardam sigilo; muitos não conseguem conciliar a vocação e a vida sexual e abandonam o ministério. É o caso de um ex-pastor que conheci há algum tempo. Homem de extrema sensibilidade, carinho e preocupação para com o próximo. Coursou teologia em um conhecido seminário do Brasil e foi ordenado ainda muito jovem, com 23 anos de idade. Pastoreou diversas comunidades de sua denominação e logo no início de seu ministério sentiu-se pressionado a contrair matrimônio com uma jovem que lhe foi apresentada (ou “empurrada”, segundo ele). Casaram-se e tiveram filhos. Durante anos dedicou-se integralmente ao ministério. Quando os filhos estavam saindo da adolescência e ele entrando na meia-idade, foi aprovado em um concurso para um órgão federal. A independência financeira proporcionou-lhe a possibilidade de “assumir” seu segredo. Pediu dispensa temporária do ministério, separou-se e algum tempo depois assumiu um relacionamento com outro homem. Tão logo isso se tornou público, a igreja o excluiu definitivamente do ministério. Hoje mora com seu companheiro há quase vinte anos, é aposentado e dedica seu tempo ao trabalho social voluntário em

organizações não governamentais. Frequenta esporadicamente outras igrejas, e sabe que jamais voltará a exercer qualquer atividade de liderança nas igrejas.

A grande maioria das igrejas no Brasil ainda não conseguiu lidar adequadamente com essa temática. O preconceito é visível quando “gays e lésbicas” não são vistos como pessoas plenas, mas previamente rotulados/as por sua sexualidade – “ele é viado” ou “ela é sapatão”. Esse foco exclusivo na sexualidade indica que a plena humanidade da pessoa é negada previamente, já na definição. O caso de pastoras lésbicas é ainda mais grave porque são duplamente oprimidas – primeiramente como mulheres em uma sociedade machista, e também como lésbicas em uma sociedade homofóbica. É um tema também tratado com muita displicência na maioria dos seminários do Brasil.

A autoridade pastoral e a função vicária do ministério – uma questão teológica

A compreensão do caráter sacramental e representativo das ordens ministeriais tradicionalmente sempre dividiu as igrejas. Porém é inegável que todas têm em alta conta o ministério ordenado. Do contrário, não investiriam tantos recursos financeiros na manutenção de seminários ou faculdades de teologia, além de desenvolverem ritos próprios de ordenação ou consagração que visualizam publicamente a autoridade espiritual e institucional conferida a um pastor ou pastora. Isso significa que o pastor e a pastora estão imbuídos de certo carisma que lhes confere poder. Eles e elas são vistos como representantes do sagrado, veiculadores de bênçãos e cuidado espiritual, intérpretes autorizados das Escrituras e orientadores éticos. Ou seja, há um inegável distanciamento entre a pessoa que recebe o título de “pastor/a” ou “reverendo/a” e o povo que se dirige a ele ou a ela com essas expressões. Ainda que pastores e pastoras mais jovens tentem diminuir ou minimizar essa distância, dificilmente conseguirão evitar que o povo assim os veja. Mesmo aqueles pastores que rejeitam ser tomados como “modelos” reconhecem que a própria comunidade assim os vê e deles espera um comportamento diferenciado.

Apesar de toda ênfase protestante no “sacerdócio universal de todos os crentes”, há um carisma institucional que diferencia o pastor – seja pelo título, pelas vestes que usa no momento do culto, pelo domínio maior que possui da interpretação bíblica, de versículos, de doutrinas ou pela oratória. Muitos membros da igreja os veem não apenas como alguém “a parte”, mas como alguém “acima” deles. Em confraternizações, almoços ou festas de aniversário sempre se espera que o pastor ou a pastora dirija a oração de ação de graças. Afinal, ele ou ela são líderes da comunidade, ao mesmo tempo em que não pertencem a ela. Ou seja, social e antropologicamente há uma função representativa e vicária no ministério ordenado. O pastor ou a pastora, queiram ou não, representam Deus, Cristo e a igreja.

Essa condição, certamente, confere certos privilégios e liberdades, tais como abraçar pessoas com mais frequência que outros membros, mesmo que sozinhos. Um pastor conhecido sempre conta que as senhoras mais idosas de sua comunidade gos-

tam de dizer: “Pastor, o senhor é a única pessoa que me abraça e me beija”. Ao pastor ou à pastora isso é permitido como um tipo de intimidade acolhedora. Mas essa maior liberdade pode criar problemas e alguns pastores que responderam ao questionário do Grupo de Ética Profissional reconheceram que isso é um perigo. Um deles afirmou: “É muito fácil cruzar a linha entre o cuidado pastoral e a intimidade sexual. Pessoas em situação de crise sempre são mais vulneráveis, e se o pastor também estiver em crise, e houver alguma identificação (idade próxima, por exemplo), o perigo é ainda maior”.

A resposta acima, embora curta, é bastante reveladora. Ela reconhece que o pastor tem certo poder e o membro é vulnerável. Poucos pastores e pastoras mencionaram, no questionário, especificamente a palavra “poder”. A maioria preferiu a palavra “autoridade”, falando da “dependência dos membros” ou da “carência afetiva”.

A questão é que, em geral, a pessoa que frequenta uma igreja espera contar com o pastor ou a pastora para compartilhar seus problemas, solicitar oração e pedir conselhos sobre a vida conjugal, mas poucos esperam que o pastor ou a pastora faça o mesmo, talvez por pressupor que estejam isentos, imunes ou acima dessas vãs preocupações humanas. Um pastor respondeu: “Embora relativamente jovem, na igreja sinto-me como a figura paterna ou um tio mais velho, alguém que inspira confiança e que é conselheiro”. Esse mesmo pastor diz que a “intimidade sexual destrói o papel pastoral porque destrói toda confiança”.

Os pesquisadores do Grupo de Ética Profissional enfatizaram muito, em sua avaliação, essa relação de confiança profissional que envolve pastores/as e membros de igrejas, inclusive porque alguns pastores e, sobretudo, muitas pastoras consideraram a violação da confiança como algo semelhante ao que ocorre em casos de abuso sexual. Uma pastora disse: “Qualquer relação entre um/a pastor/a que se inicie como aconselhamento e posteriormente evolua para a intimidade sexual é incestuosa, porque abusa da confiança de outra pessoa que está em situação de vulnerabilidade”. Outra pastora afirmou: “Uma vez que o clérigo representa Deus, qualquer violação por parte desse é sentida pelo membro como tendo sido violentado pelo próprio Deus”.

Muitos pastores reclamaram a falta de preparação nos seminários para a ética profissional. Um deles confessou: “No ministério pastoral é preciso ser capaz de discutir de modo maduro com um membro sobre questões sexuais sem envolver-se sexualmente, e o seminário não nos prepara para isso”. A maioria das respostas indicou que “ser profissional” significa, em parte, manter-se relativamente distante para ser capaz de auxiliar com opiniões objetivas. Para eles, a intimidade excessiva pode prejudicar essa capacidade, e um relatou seu dilema afirmando que o pastor, ao mesmo tempo em que quer ajudar, não quer ofender a pessoa, ou teme perder aquele membro ao ferir-lhe alguma susceptibilidade.

As considerações acima levaram o grupo a concluir que “o pastor não é apenas um profissional, mas um tipo particular de profissional, que lida com assuntos muito sérios da esfera da subjetividade e da religiosidade”¹⁰ e chamaram a atenção para a necessidade de uma disciplina específica sobre ética pastoral nos seminários e facul-

¹⁰ LEBACQZ; BARTON, 1991, p. 106-112.

dades de teologia, de conteúdo semelhante às ministradas em cursos de medicina, direito e psicologia.

Muitos pastores falaram não só do objetivo de “ajudar” os aconselhados, mas inseriram elementos específicos dessa ajuda, tais como “desenvolver a espiritualidade e o relacionamento com Deus”. Ou seja, falaram de uma dimensão numinosa. Alguns exemplos: “Nós, como clérigos, sempre carregamos um certo manto invisível de autoridade espiritual”. Isso tem consequências, tal como outro afirmou: “Mesmo quando participamos de festas de confraternização na igreja ou de brincadeiras sociais e jantares dançantes, estamos envolvidos por certa aura, porque somos vistos como os ministros de Deus”.

Essa dimensão numinosa do relacionamento da congregação com o clero estabelece (ou cria) uma expectativa de que o pastor seja exemplo de comportamento moral para as famílias e para os filhos. É impossível ao pastor ou pastora fugir ao papel vicário ou representativo. Ele/a sempre será visto/a como um/a representante de Deus, de Cristo ou da igreja.

Considerações finais – A opção entre a instituição e o evangelho

Iniciamos este ensaio mencionando os conhecidos casos de Jimmy Swaggart e Jim Baker e dissemos que certamente não são os únicos nem os últimos. No Brasil há inúmeros casos que envolvam a sexualidade de pastores/as e líderes (comumente chamados “escândalos”) e esses sempre voltarão a ocorrer porque pastores e pastoras são, em primeiro lugar, *seres humanos*. Por mais que estejam investidas de autoridade espiritual e do carisma institucional, são também pessoas frágeis, com histórias de vida complicadas e com problemas que nunca foram adequadamente identificados e acompanhados profissionalmente durante seu tempo de preparação para o ministério ordenado. Uma vez ordenadas, as pessoas geralmente pressupõem que “agora” estão acima das “tentações”.

Imaginemos a seguinte situação com nomes fictícios: Vítor é pastor há vinte anos. Nunca recebeu educação sexual adequada durante sua infância e adolescência. Sentiu-se vocacionado para o ministério e ingressou no seminário assim que terminou o ensino médio. Durante os anos de seminário esteve solteiro e casou-se às vésperas da ordenação com Sílvia, sua primeira namorada e filha de um líder leigo de sua denominação. Após a ordenação, ainda muito jovem, pastoreou várias igrejas, teve filhos e viveu durante anos o padrão de vida familiar exemplar. Quando seus filhos já estavam adolescentes, surge uma denúncia. Alguém procura o superior de Vítor e diz: “Nosso pastor está tendo um caso com Lúcia, que é de nossa congregação”.

Como lidar com esse problema? Quais as consequências para Vítor, Sílvia, seus filhos, Lúcia e para a comunidade? Se ele não fosse pastor, a situação talvez seria diferente, mas ele está investido de uma representação vicária (de Cristo) e corporativa (da igreja). Naturalmente, essa situação trará consequências comunitárias.

As fofocas começam a circular. Algumas pessoas se afastam da comunidade. O pastor Vítor pode argumentar que seu casamento “já acabou” e que, embora ainda

não esteja legalmente divorciado, ele e a esposa dormem em camas separadas e estão definindo os detalhes finais da separação, mas que ainda não se relacionou sexualmente com a amante, até que se separe. Será verdade? A esposa confirma? A amante também? E se a esposa confirmar que realmente quer se separar, mas disser que não foi a primeira vez que o pastor Vítor teve um “affair”, que já houve outros casos abafados no passado e até mesmo mencionar paroquianas de outras igrejas, envolvendo-as?

Ter um “caso” com uma pessoa de fora da comunidade e que não afeta a vida comunitária não seria necessariamente uma questão de ética profissional, mas de ética pessoal – quebra dos votos matrimoniais. O que torna a conduta do pastor Vítor anti-ética *profissionalmente* é o fato de que ele tem um caso com uma paroquiana. Isso é o que está em foco. Se ele mentiu para a amante dizendo que abandonaria a esposa ou tentou forçá-la a relacionar-se sexualmente, ou aproveitou-se de sua fragilidade emocional e espiritual para conquistá-la, o assunto é de ética *profissional*. O relacionamento dele com a esposa é assunto da ética privada e deve ser resolvido entre o casal.

Do ponto de vista da ética, é uma situação bem difícil para todos os envolvidos e exige um tratamento adequado que não seja moralista nem irresponsável. Quando casos dessa natureza vêm a público, a tendência das igrejas é agir apressadamente, preservando a instituição em detrimento do cuidado para com as pessoas envolvidas. Em boa parte das igrejas, a abordagem do problema segue os seguintes passos:

a) Colocar “panos quentes” na situação, ignorando uma possível denúncia para proteger o/a pastor/a e transferi-lo/a de cidade. Se o pastor Vítor tiver um bom círculo de amizades na igreja, a solidariedade corporativa lhe será muito útil.

b) Julgar e condenar prematuramente o pastor Vítor disciplinando-o, bem como à sua amante, sem qualquer tato pastoral ou acompanhamento psicológico e espiritual.

c) Providenciar um momento de “confissão pública” durante o culto. O pastor sobe ao púlpito e, em lágrimas, conta detalhes de sua vida conjugal, expondo publicamente circunstâncias familiares que jamais deveriam vir a público e pede perdão à esposa e à comunidade. Com lágrimas, ela o perdoa. A comunidade ora, agradecendo a Deus pela reconciliação do casal e a vida prossigue.

Nenhuma dessas atitudes é apropriada, porque em todas elas não se pensa no acompanhamento posterior, na continuidade da relação familiar (se a esposa e os filhos perdoarem o “affair”), na sustentabilidade financeira e emocional da família ou mesmo na terceira pessoa envolvida – Sílvia, a amante, que agora carregará a “letra escarlate”¹¹, rotulada como “mulher adúltera” ou “piranha”. Quem cuidará dessas pessoas? E quanto ao próprio pastor Vítor? Não precisaria ele também de cuidado? A instituição foi preservada. E as pessoas envolvidas?

Não há como dar respostas apressadas a assuntos tão viscerais. Mas as igrejas necessitam, ao menos, considerar a necessidade da criação de comitês de ética profissional, tal como existem nos conselhos de medicina, psicologia e de várias outras

¹¹ “*A letra escarlate*” – Filme baseado em livro homônimo (Direção: Roland Joffé, com Demi Moore, Gary Oldman e Robert Duvall). Uma mulher tem um caso com um pastor, é considerada adúltera e passa a circular pela cidade com uma letra “A” vermelha pendurada ao pescoço.

profissões. Quando um ginecologista ou psicólogo é acusado de abusar sexualmente de uma paciente, a denúncia é remetida a um conselho ou comitê de profissionais da área. Se o assédio for comprovado, esses profissionais não apenas aplicarão alguma advertência (em alguns casos a cassação temporária ou definitiva do exercício da profissão), mas também recomendarão algum tipo de acompanhamento psicológico a fim de garantir que aquele bom profissional, que nunca sofreu qualquer disciplina por erro médico, volte a exercer sua profissão. As igrejas carecem de bons pastores/as, pregadores/as, evangelistas, missionários/as, educadores/as e agentes diaconais, e não podem prescindir dos dons e da vocação dessas pessoas que, após terem servido à igreja durante anos, são abruptamente excluídas até mesmo da comunhão. Outros casos talvez estejam envolvidos em tantas reincidências e inclinações de caráter, que talvez mereçam realmente um afastamento definitivo, desde que com o necessário acompanhamento pastoral. De qualquer modo, diante de tais problemas, não se pode pensar apenas na honra da instituição.

Comitês dessa natureza naturalmente envolvem a presença de pessoas competentes, experientes, maduras, de ambos os sexos e que procurem ajudar todas as pessoas envolvidas (casal, “amante”, filhos), desde que, naturalmente, essas pessoas desejem ser ajudadas. Não se trata aqui de propor a criação de comitês de inquirição que apure detalhes das denúncias e crie “dossiês”. A única forma possível de lidar com esse problema em igrejas é a partir de dois pressupostos: o que as igrejas compreendem como essência do evangelho e, a partir dessa compreensão, formular um código *objetivo* de ética profissional, porque o pastor é responsável eticamente pelo grupo no qual ele foi colocado para trabalhar. Essa responsabilidade, porém, não é apenas dele, mas também é compartilhada pelas pessoas que o autorizaram a trabalhar naquela comunidade e com o seminário no qual ele se formou. Dificilmente poderíamos pensar em um “código nacional de ética profissional” para todas as igrejas devido à grande variedade de “usos e costumes” nas igrejas do Brasil. Mas esse desafio poderia ser assumido inicialmente pelos seminários denominacionais, abordando o tema já durante o processo de formação dos futuros ministros e ministras.

Referências

- CARLSON, Robert. *Battling Sexual Indiscretion*. Los Angeles: Jeremy Tarcher, 1989.
- LEBACQZ, Karen; BARTON, Ronald. *Sex in the Parish*. Louisville, Westminster: John Knox Press, 1991.
- FORTUNE, Marie. *Sexual Violence: The Unmentionable Sin*. New York: Pilgrim Press, 1983.
- _____. *Is Nothing Sacred? When Sex Invades the Pastoral Relationship*. San Francisco: Harper & Row, 1989.
- RUTTER, Peter. *Sex in the Forbidden Zone*. Los Angeles: Jeremy Tacher, 1989.